



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Orientador: Daniel Barbosa Andrade de Faria

**AUTO-HISTÓRIA: FREDDIE PERDIGÃO E O DISCURSO AUTORITÁRIO DA
DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)**

Arnaldo Cesar de Castro Rocha

Brasília,
Novembro de 2015



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Orientador: Daniel Barbosa Andrade de Faria

**AUTO-HISTÓRIA: FREDDIE PERDIGÃO E O DISCURSO AUTORITÁRIO DA
DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)**

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção do
grau de bacharel em História.

Banca Examinadora

Daniel Barbosa Andrade de Faria

José Otávio Nogueira Guimarães

Paulo Eduardo Castello Parucker

Brasília,
Novembro de 2015

RESUMO

A proposta deste trabalho é a partir da monografia de Freddie Perdigão Pereira “*(DOI) - Histórico Papel no Combate à Subversão - Situação Atual e Perspectivas*” apresentada à Escola de Comando e Estado Maior do Exército em 1978, entender como se comportava a construção do discurso oficial do regime militar brasileiro em uma perspectiva auto-históricográfica. Esta fonte foi escolhida por conter elementos concretos de uma narrativa baseada na memória que pretende elevar a si mesma, à categoria de história oficial, à medida que o horizonte de expectativa desse conjunto ideário e memorialístico é a própria escrita da história. Para tanto, essa pesquisa se apoiará em análises baseadas, principalmente, na história das ideias.

Palavras-chave: regime militar, DOI-CODI, ditadura, Freddie Perdigão, repressão política.

ABSTRACT

The proposal of this work is from the Freddie Perdigão Pereira's monograph “*(DOI) – Histórico Papel no Combate à Subversão - Situação Atual e Perspectivas*” (*Detachment of Information Operations – Historical Role in the Combat against Subversion – Current Situation and Outlook*), presented to the *Escola de Comando e Estado Maior do Exército* (*School of Command and General Staff of the Army*) in 1978, to understand how the construction of the Brazilian military regime official speech behaved in an auto-historiographical perspective. This source was chosen because it contains concrete elements of a narrative based on the memory that intends to elevate itself to the category of official history, so that the expectation horizon of this assemblage of ideas and memories is the writing of history itself. To do so, this research will rely on analyses based, mainly, on the history of ideas.

Keywords: military regime, DOI-CODI (Detachment of Information Operations – Center of Internal Defense Operations), dictatorship, Freddie Perdigão, political repression.

SUMÁRIO

Introdução	05
Apresentação - A Fonte Primária	10
Capítulo 1 – Das mãos de ferro aos anos de chumbo	13
1.1 – O endurecimento do regime	13
1.2 – Duas faces da mesma moeda	15
1.3 – Denúncias, arbitrariedades e má fama	17
1.4 – A defesa do indefensável	19
Capítulo 2 - Freddie Perdigão: Do relato à ação	21
2.1 – Quem é Freddie Perdigão?	21
2.2 – Perdigão: Um mal conveniente	23
2.3 – A defesa nas mãos ensanguentadas do torturador	25
Capítulo 3 - A prática intelectual nos meios militares:	27
3.1 – Verdades, poder e autoritarismo	27
3.2 – Auto-história e o regime militar	28
3.3 – Supressão intelectual e auto-história	30
3.3.1. – O arquivo	30
3.3.2 – A imprensa	31
3.3.3 – A academia	31
3.3.4 – O discurso	32
3.3.5 – Dos resultados	33
Considerações Finais	35
Referências Bibliográficas	37

INTRODUÇÃO

Retomar o estudo sobre a ditadura militar no Brasil é uma tentativa de desvelar um passado ainda muito impreciso. Os fatos que compõem as narrativas atuais são, muitas vezes, permeados por inconsistências provocadas pela própria ação dos militares que, à medida que o sistema se delineava, não permitiram que a documentação considerada inconveniente perdurasse. Muitas vezes ocultando ou destruindo registros pertinentes ao estudo deste período.

As narrativas só se compõem a partir de documentos. Nesse sentido, o período citado causa revezes a todo instante, em um jogo que se compõe em afirmações e negações, acusações e defesas, ora aceitas, ora veementemente negadas.

A dificuldade que se impõe é por ainda hoje, institucionalmente, as Forças Armadas se sentirem prejudicadas pela opinião pública que se pode formar a partir disso.

A violência do Estado brasileiro se compõe, principalmente, com torturas e assassinatos. A prática da tortura tem em si duas funções básicas: 1- é um mecanismo de obtenção de informação e 2- é um método informal pedagógico.

A primeira função é auto explicativa, no entanto, poucas vezes há uma crítica substancial a isso. Apesar de no pensamento do senso comum esse argumento ser aceito, à luz do conhecimento, a ciência forense admite a baixa eficiência do uso da tortura para a obtenção de informação.

Atualmente, críticas substanciais a essa prática foram declaradas pelo Senate Select Committee on Intelligence¹. O relatório pronuncia em seu primeiro tópico que “A utilização pela CIA de suas técnicas avançadas de interrogatório não eram um meio eficaz de aquisição de inteligência ou obter a cooperação dos detentos.” No decorrer do documento a comissão exemplifica, com muita precisão, que a principal fonte de obtenção confiável de informação era confrontar informações (já obtidas de outras fontes) nos interrogatórios de detentos e suspeitos.

Não se pretende aqui demonstrar todas as inconsistências procedimentais para o uso da tortura. O argumento não se baseia na técnica e na racionalidade, mas sim na percepção moral de que a perpetração deste tipo violência não deve jamais ser utilizada. Esta produção não reconhece qualquer praticidade no uso da tortura como método investigativo. Sendo assim, parece suficiente, para os efeitos desejados o relatório do referido comitê.

¹ As denúncias de maus tratos e torturas praticados pela CIA foram investigadas por uma comissão específica no Senado norte americano. Os resultados dessa pesquisa foram divulgados no dia 13 de dezembro de 2014 em um relatório resumido de quase 600 páginas. O “Committee Study of the Central Intelligence Agency's Detention and Interrogation Program” é um relatório de muita importância, pois, demonstra uma atitude singular do governo norte americano frente aos crimes cometidos pelo Estado contra os direitos humanos. SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE. *Committee Study of the Central Intelligence Agency's Detention and Interrogation Program*. 2014. Disponível em <http://www.nytimes.com/interactive/2014/12/09/world/cia-torture-report-document.html?_r=1> Acesso in: 19/06/2015

O segundo aspecto concentra-se na ideia de guerra psicossocial proposta pelos próprios militares. As sevícias perpetradas contra opositores do regime tinham como objetivo “educar” a sociedade. Neste sentido, é necessário que a tortura seja sentida socialmente, mas permaneça velada. É preciso que todos saibam que existem os porões da ditadura, mas que isso seja relegado ao boato. Afinal, o medo deveria ser consistente, mas sempre alicerçado pela estrutura do desconhecimento de causa. Conhecer a realidade da tortura, automaticamente, criminalizava o sujeito. Ainda hoje, muito da argumentação política pró-ditadura dá-se pela desmoralização do outro, partindo da premissa de que se alguém foi torturado é porque era comunista.

Nos manuais da ESG que tratam da Guerra Revolucionária (GR) a interpretação didática do uso da violência não é clara, mas é constante a afirmação de que as possibilidades revolucionárias precisam de um ambiente de doutrinação comunista como sindicatos e movimentos estudantis, logo, podemos inferir, que a reação contra a GR faz-se também na missão dita educadora que preserve a organização social proposta pelos militares. Ustra, em seu livro *Rompendo o Silêncio*, acredita ter proporcionado dentro do DOI-CODI Ex II a reeducação de jovens considerados subversivos, entregando-os a seus pais libertos da perigosa doutrinação da esquerda revolucionária.

Obviamente, a reeducação desses jovens não é declarada por Ustra como fruto de torturas, ameaças e tantos outros métodos violentos, mas sim pela capacidade discursiva e o espírito benevolente dentro do DOI-CODI para recuperar Jovens em fase inicial de engajamento em movimentos subversivos.

É nesse segundo aspecto que se assenta o trabalho a seguir. Não é apenas uma análise de casos de torturas, ou a constatação do uso sistemático de sevícias pelo Estado. Vamos partir do pressuposto de que a impunidade é o caminho para que o Estado institua a prática². O exercício aqui proposto pode dar uma outra contribuição, pois, as afirmações presentes tentam entender de que maneira foi construída a ideia de auto-história da ditadura militar.

O dorso desta pesquisa, pode-se dizer, é a monografia de Freddie Perdigão relatando e exaltando a importância e projeções futuras para os DOI-CODI, que em conjunto com outros órgãos de segurança pública, consolidavam a máquina da violência nas investigações contra

² O artigo de Clóvis L. Machado-da-Silva, Valéria Silva da Fonseca e João Marcelo Crubellat. Citando Lynne G. Zucker, analisa a perspectiva institucional da seguinte maneira: “Zucker(1991) inicia sua discussão a respeito da diferenciação entre institucionalização e persistência cultural com a indicação da permanência de características sociais como definição comumente aceita para o conceito de instituição. Para a autora, as explicações tradicionais para a persistência de características culturais a vinculam com o fenômeno institucional. Conforme a vertente sistêmica, os padrões institucionais ou culturais persistem porque reencham necessidades funcionais. Na vertente normativa, eles persistem porque se fixam, ou são internalizados, enquanto normas compartilhadas de ação. Segundo ela, em ambas as vertentes “o ator não possui um papel independente na manutenção das instituições; [padrões culturais] servem para pressionar o seu comportamento. A estrutura social (nível macro) determina o comportamento de indivíduos e pequenos grupos (nível micro) e existe independentemente deles” (ZUCKER, 1991, p. 84).”

revolucionárias, sobretudo na fase de interrogatório preliminar, momento já evidenciado como de extrema importância para o combate à subversão (JOFFILY, 2008).

A análise de Freddie Perdigão Pereira sobre a estrutura dos DOI-CODI não deixa dúvida: a discussão sobre a institucionalização de um aparato repressivo era central para os interesses do Estado controlado pelas Forças Armadas. Podemos afirmar que existia a necessidade de descrever os feitos do regime de maneira que não se criasse dúvida sobre a sua legitimidade moral e sua necessidade histórica. Dentro deste contexto, as narrativas de quadros militares constituem uma intensa criação (em boa medida facciosa) da história brasileira dos anos que precedem o golpe militar de 1964 e sua permanência por 21 anos.

Definir o que é e o que não é parte do sistema concentra grande importância para o Estado, afinal, as cobranças internacionais por explicações acerca dos direitos humanos tornava-se, a partir das denúncias oriundas dos mais diversos meios, um grande incômodo para a ditadura. Tal empreitada nos revela, ainda mais profundamente, a descrição de uma auto-história da ditadura militar, que tão revestida de documentos manipulados e controlados pelos militares, construiu um longo emaranhado de incertezas, que trazem à tona, hoje, a importância da revisão de tais narrativas à luz de novas perspectivas, novos documentos e um novo contexto histórico.

Nesta conjuntura, é significativa a investida de Freddie Perdigão Pereira ao escrever em 1978 a monografia intitulada “O Destacamento de Operações e informações (DOI) no EB – histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas”, que no presente trabalho será exposto como (PERDIGÃO, 1978).

Personagem amplamente citado por relatos de ex-prisioneiros políticos, torturados e que a partir de algumas memórias, o liga a tenebrosos espetáculos de horror daquele período. É este que inicia sua monografia justificando a institucionalização daquilo que mais a frente seria informalmente conhecido como os “Porões da Ditadura”, os DOI/CODI.

É por esta e outras produções intelectuais de quadros militares que surgem algumas questões importantes: quais intenções estavam por trás desta monografia? Em que medida ela evidencia a pressão interna pela justificativa da existência de um órgão tão mal afamado já naquele período? É uma empreitada auto-histórica? Qual a devida importância que o Brasil dava à comunidade internacional de defesa dos direitos humanos? A monografia insere-se nesse contexto ou está inserida na produção racional de documentação com vistas a esconder os horrores dos doi/codi?

Para esclarecer tais perguntas, a delimitação documental foi primordial. Em primeiro lugar devemos destacar o trabalho de Perdigão. Para substanciar o enredo que compõe a trama, foi amplamente usado o arquivo de Élio Gaspari e Ana Lagôa, ambos disponíveis na internet.

O arquivo Ana Lagôa foi fundamental para obtenção de recortes de periódicos variados. No entanto, algumas outras contribuições também foram vitais para entender a formação do pensamento anti-insurrecional como algumas apostilas da Escola Superior de Guerra e do Estado Maior das Forças Armadas (também disponíveis no sítio do Arquivo Ana Lagôa) que tratam da guerra revolucionária como: *Introdução ao estudo da Guerra revolucionária* (1959); *Conceituação de – Guerra insurrecional – subversão (guerra subversiva – Ação Psicológica – Guerra psicológica e – Guerra Fria* (1961); *Aspectos da guerra contemporânea – a guerra revolucionária* (1969); e *O pequeno escalão nas operações contra guerrilhas* (1969).

Além destes, Martha Huggins forneceu as audiências chamadas *United States Policies and Programs in Brazil - hearings before the subcommittee on Western Hemisphere Affairs or the Committee on Foreign Relations United States Senate ninety-second congress - first session*, que aqui será tratado como *CFR 1971*. Esse documento esclarece alguns dos aspectos citados.

Entendendo aqui por documento, a definição mais que satisfatória de Henry Irenne Marhou, que ao longo de sua obra discute os limites da história e elucida a necessidade de alongar o conceito de documento histórico, demonstrando que para satisfazer as necessidades do historiador, o documento é tão somente tudo aquilo que contém impregnação humana³. Essa visão sobre a documentação permite um estudo menos formalístico e tradicionalista do período adotado.

Foi, especialmente, em Michel Foucault, Quentin Skinner e Martha Huggins que a precisão metodológica foi definida. A contribuição de Skinner com sua obra *Visões da Política* permitiu atentar a alguns prováveis equívocos analíticos discursivos dentro dos objetos analisados. Por tratar-se de uma pesquisa que, potencialmente, pode ser tratado como história das idéias, a contribuição de Skinner torna-se orientação para ressaltar a todo instante o cuidado com esta ferramenta e as confusões que sua má utilização pode causar.

As impressionantes obras da brasilianista Martha Huggins *Operários da Violência e Polícia e política* abriram o caminho para repensar a construção do discurso e suas incongruências dentro do próprio saber produzido pelos perpetradores de violência. Inicialmente, este trabalho foi impulsionado a dialogar com torturadores e integrantes de esquadrões da morte, assim ficou evidente que a ampla historiografia sobre o tema criou uma lacuna: a visão dos militares, sobretudo de sua expressão mais repulsiva, o torturador. Entender o mecanismo interno de perpetração de violência em suas dimensões psicológicas e tecnicistas só foi possível pelo apelo à produção metodológica de Huggins.

³ É necessário elevar a compreensão documental nos estudos sobre o regime militar brasileiro, pois, ainda hoje, influenciado por uma cultura positivista na construção do conhecimento histórico, espera-se que a documentação utilizada tenha caráter oficial. Sem sombra de dúvidas, seria de grande ajuda que tais documentos aparecessem, no entanto, boa parte dos estudos sobre esse período são oriundos de relatos de outras fontes, que não somente as oficiais, como relatos orais, acervos jornalísticos, músicas, literatura e demais possíveis documentações.

Por fim, a contribuição de Foucault é central, já que, entender a produção intelectual como manifestação de poder é a substância mínima desta análise. Não teria sido possível perceber as relações entre violência-poder-ciência sem as contribuições deste pensador em duas obras: *Microfísica do poder* e *Vigiar e Punir*. Este segundo, impactante por sua própria natureza, levantou a primeira indagação que definiu o objeto: Em uma condenação brutal e cruel descrita logo no início da obra, quem ocupa a figura de executor das cruéis sevícias? Esta pergunta, automaticamente, encaminhou a outra indagação: quem eram os carrascos brasileiros e quais as motivações os levaram a aceitar tão degradante serviço (ou desserviço)?

Com a pretensão de responder (ou pelo menos elevar a compreensão sobre o tema) este trabalho final de conclusão do curso de Bacharelado em História pela universidade de Brasília foi dividido em 3 capítulos. Cada um com características pertinentes ao desenvolvimento da trama e do argumento.

O primeiro capítulo tem por objetivo demonstrar a preocupação dos militares, a certa altura, em proporcionar um ambiente de permanência do sistema autoritário evidenciando sua necessidade para a segurança nacional e sua legitimidade ideológica dentro do contexto da Guerra Fria.

Fica evidente então que havia um conjunto de denúncias que poderia manchar a reputação das FA e, além disso, em um futuro próximo, os crimes perpetrados naquele ambiente de incertezas fossem julgados em tribunais nacionais ou internacionais. Vale lembrar que o Brasil era, já naquele período, signatário de diversos tratados internacionais que expurgam as práticas violentas para manutenção do poder como a tortura e estava alinhado com os preceitos ideológicos do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América, nação que auto-intitulou-se ao longo da história recente como guardião da democracia e da liberdade.

No segundo capítulo a trama desenvolvida demonstra em que medida Perdigão tornou-se importante personagem para a repressão. O envolvimento de oficiais no comando das atividades políticas no Brasil não representa alguma novidade, entretanto, o caso deste é icônico. A ascensão na carreira militar foi aquém de sua escalada política.

As relações tecidas por Perdigão, que o colocaram como porta voz da estrutura dos DOI/CODI e sua legitimidade (reconhecida como o discurso oficial sobre esse órgão) o fizeram integrar seletivo grupo dentro da política brasileira. Caminhava entre os holofotes dos altos gabinetes e a escuridão dos centros de tortura.

É difícil imaginar um General de 4 estrelas visitando, frequentemente, os locais usados para tortura para levar suas listas e alvos a serem assassinados. Esse papel de ligação entre o alto comando (Gabinete presidencial, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa) e o Operário da Violência (Policiais e militares de patentes menores) era exercido por um Oficial

superior em ascensão, nesse caso representado por Perdigão, um Major (mais baixa patente entre os oficiais superiores).

Ao longo dos dois primeiros capítulos todo o enredo nos leva a entender como as relações políticas das FA começaram a se esfacelar, em diversas quebras de hierarquia, que quase desarticularam a capacidade governativa de Geisel quando propôs o projeto de distensão. A coesão conseguida por ele foi possível pela ação intelectual e violenta de homens como Perdigão (com profunda retidão ideológica, total entrega a um projeto de futuro e com ambições de crescimento político e militar).

O terceiro capítulo pretende analisar especificamente a forma de atuação auto-histórica. Uma empreitada intelectual que visava atingir duas dimensões temporais, criando a ambivalência entre passado e futuro, na forma do discurso que iguala epistemologicamente memória e história.

Entretanto, a auto-história é uma ferramenta utilizada em conjunto a outras práticas mencionadas: organização do acervo documental, controle da Imprensa, dominação no ambiente acadêmico, o discurso e a execução dos resultados esperados com o aparelhamento do Estado.

Toda essa gama de elementos possibilitou a construção do discurso ainda muito reproduzido hoje. É comum grupos de extrema direita pedirem intervenção militar baseado nesse modelo histórico disseminado pela ditadura e seus agentes ideológicos (lembrando sempre que ideologia e violência estão intrinsecamente ligadas no regime ditatorial brasileiro).

APRESENTAÇÃO - A FONTE PRIMÁRIA:

“O Destacamento de Operações e informações (DOI) no EB – histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas” (PERDIGÃO, 1978)

Quando da reabertura do caso RIOCENTRO (atentado à bomba no festival que acontecia em comemoração ao dia do trabalhador em 1981), o Inquérito Policial Militar (IPM) requereu aos autos do processo algo que, de certa maneira, alterou o panorama das investigações sobre as atuações dos Destacamentos de Operação e Informação (DOI). A monografia de Freddie Perdigão Pereira poderia esclarecer alguns pontos específicos da investigação. O resultado deste processo foi aquém do esperado: a Lei de Anistia retroagiu em benefício dos terroristas deste atentado.

Porém, à medida que aos poucos parte do arquivo militar entrou para o circuito de documentos abertos, alguns chamaram atenção, entre eles a monografia aqui exposta. Essa

fonte, produzida em 1978 para a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e foi incorporada ao processo de 1999. O então encarregado, General de Divisão Sérgio Ernesto Alves Conforto, anexou tal documento ainda que Perdigão não fosse um dos indiciados.

Cabe ressaltar que em 1967 a hierarquia militar foi reorganizada. Suas patentes passaram a exigir determinados cursos e programas de aperfeiçoamento para progressão no oficialato militar. Em 1978, o então Major apresentou sua monografia para obtenção da nova patente de Tenente-Coronel.

Importante também o fato de que uma segunda monografia sobre o mesmo tema foi escrita em 1977 por Mauro Azambuja de Oliveira para a mesma instituição. Este segundo documento não foi incluído no presente trabalho, mas a referência é importante para demonstrar que naquele momento havia grande preocupação em relação aos DOI-CODI.

Ao longo de 31 páginas, o documento entregue à ECEME em regime sigiloso, apresenta 2 capítulos e anexo; nesses espaços, Perdigão pretende demonstrar a eficiência e a necessidade de ação do Estado brasileiro frente às adversidades e perigos da ideologia considerada subversiva.

No capítulo 1 “*ANTECEDENTES QUE LEVARAM À INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CODI E DOI*” é exposto o contexto histórico em que foram criados e institucionalizados esses órgãos centrais da estrutura repressiva. Não há dúvida de que eram esses aparelhos o coração da repressão militar no Brasil. Essa informação pode ser conferida tanto na produção mais recente, quanto nas declarações de presos políticos e confirmadas, em tom comemorativo, por Perdigão. Para Joffily:

“Tanto os estudos que traçam um panorama do período quanto aqueles que se debruçam sobre a construção do aparelho repressivo são unânimes ao distinguir a criação da Operação Bandeirantes, em julho de 1969, como um marco da repressão política e ao identificar no seu sucedâneo, o sistema DOI-CODI, o seu maior símbolo.

É nesse instante que ele posiciona de maneira enfática sua defesa aos DOI-CODI. O discurso leal e entusiasta advoga uma pretensa necessidade de combate ao comunismo internacional e tenta elucidar o quanto a participação da repressão era importante para conter o avanço subversivo no Brasil.

O capítulo 2 “*DIRETRIZ PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA*” é mais minucioso quanto à estrutura organizacional dos DOI-CODI e tem como objeto o CODI-DOI Ex II, de São Paulo. O segundo capítulo foi dividido nos seguintes sub-intens: 1- parte que destina-se a discutir a hierarquia da organização para o combate à “subversão e ao terrorismo”,

2- Estratégia e 3- Estrutura. O item 3 é mais extenso, pois, tenta ao longo das próximas páginas expor toda a cadeia de comando do combate sistemático à subversão.

Ali está dissecada a estrutura das FA para essa finalidade: a. Comissão de Alto Nível b. Conselho de Defesa Interna (CONDI) c. Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e d. Destacamento de Operações e Informação.

Entre os anexos encontram-se: página 17- Elementos constitutivos do CODI; página 19 – Detalhamento de como era estabelecida a comunicação (rádio ou telefone); página 28 – resultados obtidos e valores apreendidos (Cr\$ 415315.60 – atualizados para R\$ 553754.13, em dólar US\$ 78555,00 atualizados para US\$145.525,64)⁴ até 19 de maio de 1977 ; página 29 – tabela com a quantidade de subversivos no Brasil e as “quedas” impostas pela execução do trabalho dos órgãos de repressão de 23 de janeiro de 1969 até junho de 1972 e página 30 – Tabela comparativa entre os demais órgãos de repressão e o DOI-CODI Ex II entre 1969 e 1972.

Essas tabelas mostram em números a eficiência - para Perdigão- ou o Terror -para os que sofreram a repressão- infligido pelos DOI-CODI à sociedade brasileira. De acordo com o levantamento do Projeto Brasil Nunca Mais (BNM), a luta armada no Brasil reuniu algo em torno de 1400 combatentes, número bem inferior aos sugeridos 4400 por Perdigão.

Outro fato marcante da publicidade deste documento foi a contradição existente entre afirmações oficiais e os números de mortos relatados pelo Dr.Roberto. Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido e temido torturador do DOI-CODI Ex II, afirmou categoricamente por anos que nas dependências que estiveram sob seu comando nunca houve assassinatos, entretanto, Perdigão nos mostra que foram registradas pelo menos 82 mortes discriminadas na tabela (não há no documento esclarecimento sobre a causa *mortis* de nenhum desses casos) e observando também que nem os casos de Vladimir Herzog, nem de Manuel Fiel Filho podem estar fora desse registro, pois, aconteceram respectivamente em 1975 e 1976. Não há também como saber se o assassinato de Herzog foi contabilizado por Perdigão (este caso veio à público como suposto suicídio).

Esta monografia não satisfaz, completamente, a necessidade de comprovação documental para a historiografia do período militar, mas pode nos fornecer bastantes elementos para indicar-nos novas perguntas. Para o presente trabalho ela esclareceu alguns questionamentos sobre a produção auto-histórica e a preservação auto-documental e não pode ser ignorada para os estudos da estrutura da repressão no Brasil.

⁴ Valores obtidos a partir da conversão das moedas Cruzeiro Novo para o Real, e a conversão do valor em real para seu correspondente em dólar no dia 17/11/2015. Para tanto, as ferramentas usadas foram as calculadoras dos sites do Banco Central do Brasil e o Acervo do periódico Estadão, respectivamente <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>> e <<http://acervo.estadao.com.br/>> Acesso in: 17/11/2015

CAPÍTULO 1 – DAS MÃOS DE FERRO AOS ANOS DE CHUMBO

1.1 – O ENDURECIMENTO DO REGIME

Do golpe militar de 1º de abril de 1964 ao final do governo de Emílio Garrastazu Médici em 1974⁵ serão divididas, historicamente, para efeitos didáticos, duas fases do regime. O primeiro, da ascensão militar através do golpe até a assinatura do AI-05 e o segundo, chamado de os “anos de chumbo”, que compreende o período, imediatamente posterior ao AI-05 até 1974. Faz-se necessário estabelecer reflexão sobre esses dois momentos, pois, inicialmente, as motivações que sustentavam a necessidade do golpe não eram, pontualmente, as mesmas que deram longa vida à ditadura militar no Brasil.

O governo de Castelo Branco - longe de poder ser considerado “ditabranda”⁶ - carecia de ordem institucional. Este aparato burocrático-legal foi desenvolvido ao longo dos anos seguintes, chegando à promulgação da constituição de 1967⁷, que alterou profundamente a realidade jurídico-institucional do Brasil, mas ainda assim foi considerada insuficiente para um combate capilar aos movimentos ditos subversivos, o que levou à decretação do AI-5. Os diversos Atos Institucionais, em conjunto com a constituição de 10 de outubro 1967 e o Decreto Lei nº 314 de 13 de março de 1967 (Lei de Segurança Nacional - LSN) compuseram o aparato necessário à repressão.

O ponto culminante dessa produção normativa ditatorial foi, precisamente, no dia 13/12/1968, já no governo do General Costa e Silva, com o Ato Institucional nº 05. Nas palavras de Perdigão:

“A situação em Dezembro de 1968 tornara-se insustentável, com a subversão ganhando terreno, dia a dia... Com a decretação do AI-5 e de vários decretos-leis, bem

⁵ A periodização da ditadura não pretende ser universalista, é necessário que para análises diferentes, recortes temporais diferentes sejam estabelecidos.

⁶ Publicado no editorial da Folha de São Paulo do dia 17 de fevereiro de 2009, com um determinado tom dito revisionista, o termo “ditabranda” presta-se a intitular o período militar como um todo. Essa expressão parece originar-se da fala de Augusto Pinochet, ditador chileno famoso por seus crimes contra a humanidade durante seu governo “Esto no es una dictadura señores esto es dicta blanda”. É importante lembrar que o número oficial de mortos pela ditadura brasileira, realmente, é bem menor que de suas similares argentina e chilena “Compared to Argentina and Chile, the number of dead and disappeared in Brazil was much lower: officially calculations place the figure at 474, where as in Argentina estimates are in the region of 10,000–30,000 and in Chile between 3,000 and 10,000 assassinations (Aquino, 2000: 271; SEDH, 2007: 32–33). Therefore, the number of families directly affected by human rights violations was accordingly smaller in Brazil,” (SCHNEIDER, 2011).

⁷ O texto constitucional declara “O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte”, no entanto, a maneira que foi estabelecida essa nova constituição não pode ser considerada, em última análise uma constituição promulgada, mas sim uma outorga mascarada de sentimentos democráticos, quando sabidamente, o Congresso Nacional, nesse instante, tornou-se instrumento de produção legislativa do poder executivo dominado pelos militares. Já em 1971, Theodore D. Brown, assessor chefe da Secretaria de Segurança Pública para assuntos ligados ao Brasil (USAID Brazil), confirma, de maneira tímida, a ilegitimidade democrática das leis criadas pelo presidente da república na forma de Atos Institucionais. O questionamento dos congressistas sobre, especificamente, o AI-05, deixa claro que havia muito receio sobre a legitimidade da produção legislativa no Brasil (CFR 1971).

como com as alterações introduzidas na Lei de Segurança Nacional, surgiram novas perspectivas, quanto ao aspecto legal e jurídico para o combate à subversão e ao terrorismo” (PERDIGÃO, 1978)

A mais vasta literatura sobre o tema e a própria documentação permite considerar o AI-05 a medida mais repressiva dentro da ditadura, pois, foi ele, que afinal, além de extirpar a maior parte das liberdades individuais, também extinguiu as dissidências que existiam dentro do próprio meio militar. Martha Huggins nos adverte que:

“Com a sua promulgação, os oficiais que, em 1964, haviam sido os primeiros a arquitetar o golpe militar brasileiro, foram eles próprios derrubados por “um grupo de soldados e técnicos estreitamente unidos” provindos das próprias fileiras do grupo de líderes golpistas originais (FLYNN, 1978: 425). O AI-05 “marcou [claramente] uma ruptura definitiva com a tentativa de manter alguma forma de ‘democracia controlada’ e enfatizou... a natureza essencialmente autoritária do regime e sua aparente incapacidade de lidar com a crise e a contestação a não ser por meio de repressão ainda mais extremada”, (FLYNN, 1978 pag. 422 e 425 apud HUGGINS, 1998, pag. 172).

O momento conhecido como “anos de chumbo” é marcado pela repressão violenta, organizada, sistematizada e compartimentada. A Operação Bandeirantes (OBAN), foi apresentada em 1 de Junho de 1969 ao público, concentrando diversas forças e interesses. Aglutinou empresários, militares e políticos alinhados com a ditadura, criando um ambiente de cooperação conjunta para a execução do aparato repressivo, contando, especialmente, com contribuições de empresários interessados em manter o melhor ambiente possível para os negócios (JOFFILY, 2008:33).

Essa equipe era destacada para concentrar as informações que permitissem uma luta mais inteligente e centralizada contra as ações terroristas, pois “as nossas polícias, acostumadas até então a enfrentar somente a subversão praticada pelo PCB, PC do B e pela AP, foram surpreendidas” pela “Guerrilha Urbana” (PERDIGÃO, 1978). Ressalva necessária é colocar a OBAN em seu devido lugar: neste momento surgem os órgãos vinculados às forças militares que ficariam responsáveis por investigar e caçar os considerados subversivos, tendo como embrião a OBAN, emergiram os DOI/CODI.

É salutar perceber que Perdigão admite em sua produção que a guerra contra revolucionária atingiu novo patamar a partir de 1968. Nesse caso, o recurso discursivo deixa claro que, antes desse período, as organizações de esquerda pareciam não dispor de condições reais para empreender a luta armada, sendo esta consequência do gradual enrijecimento do sistema⁸:

⁸ Perdigão não esclarece a questão sobre a origem da luta armada, mas nos indica que o método de ação da subversão ainda estava inserido naquela proposição de guerra psicossocial, pressuposto da ESG, em que o território revolucionário não é alcançado tão somente pela luta armada, mas pela desmoralização generalizada da política, causando insatisfação latente e gerando alto grau de inconformidade. Esse ambiente seria propício ao

“Um novo quadro de agitação surgiu, em substituição ao anterior.

Em lugar das três organizações clandestinas, AP, PCB e PC do B que atuavam em atividades padronizadas utilizando as escolas e os sindicatos na subversão da ordem, vimos nascer organizações que passaram a agir em ações de cunho terrorista, em autênticas operações de guerra revolucionária”

Com exceção do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que teve curta duração enquanto embrião de luta armada a partir de seu trabalho de base com as ligas camponesas (GORENDER, 1987:47), aparentemente, não havia grupo armado na eminência de formar guerrilha suficiente para se posicionar, militarmente, contra o governo central. A entrada do pensamento Foquista da Revolução Cubana é constatada por Gorender no mesmo momento em que Perdigão declara a afiliação das esquerdas brasileiras à Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) (GORENDER, 1987:79).

Sem dúvida, o marco principal da questão é o ano de 1968. A partir daí intensificaram-se, mutuamente, a ação revolucionária da luta armada e o enrijecimento do sistema. Este ano, símbolo de luta e resistência em vários pontos do mundo, também trouxe consequências para a realidade brasileira. Os crimes mais bárbaros contra os direitos humanos constatados no Brasil (com intrínseca participação do Estado) aconteceram no período dos “anos de chumbo”. Por tais acontecimentos, houve alguma comoção internacional frente ao caso brasileiro.

Graças à atuação de diversas entidades, entre elas a ala progressista da Igreja católica, o Conselho Mundial de Igrejas, Organização dos Advogados do Brasil, exilados políticos e alguns quadros influentes na política internacional, a situação da repressão brasileira ficou visível, ultrapassando as barreiras impostas pelo governo, esses agentes passaram a denunciar as atividades violentas do Estado brasileiro (BNM, 1985). É o que veremos nos casos das mortes a seguir.

1.2 – DUAS FACES DA MESMA MOEDA

A exemplo disto, podemos citar os casos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. Sobre o primeiro caso, o então governador de São Paulo, entre março de 1975 e março de 1979, Paulo Egydio, afirmou ao jornalista Geneton Moraes Neto em 2012⁹, que as autoridades

surgimento, ou pelo menos florescimento da luta armada, que a esta altura já estaria organizada, esperando o momento certo para se posicionar contra o governo. É bem verdade que a ESG não erra no seu prognóstico quanto ao sonho revolucionário da esquerda brasileira, no entanto, esse prognóstico é dado já em 1959, quando a luta armada no Brasil sequer vislumbrava tal possibilidade. Na *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária* o pensamento ESGuiano declara que a Guerra Revolucionária (GR) se dá por: Deslocação, Intimidação, Desmoralização e Eliminação. Esses passos serão possíveis, somente, caso sejam formados agitadores, motivando grupos sociais a se virarem contra a ordem vigente.

⁹ A entrevista encontra-se no sítio do próprio jornalista <<http://g1.globo.com/platb/geneton/tag/geisel/>> acesso in: 11/06/2015

competentes estavam cientes de que não havia nenhuma conclusão do envolvimento de “Vlado” (como era chamado por seus colegas e parentes) com ações que oferecessem risco à segurança nacional. No entanto, foi convocado a depor no DOI-CODI II Ex. na rua Tutóia. Dali não retornaria mais. Assassinado naquelas dependências sob tortura, teve sua morte anunciada como suicídio no dia 25 de outubro de 1975, *causa mortis* que permaneceu até 2013 em seu obituário.

Manoel Fiel Filho, em condições semelhantes, também foi levado às mesmas dependências e morto no dia 17 de janeiro de 1976. Este segundo caso posicionou de maneira enérgica o presidente da república, que não aceitaria um segundo caso Herzog naquelas dependências. O Comandante do DOI CODI II Ex, naquela ocasião era o general de quatro estrelas Ednardo D’Ávila Mello, claramente posicionado contra a distensão de Geisel e Golbery. Três meses depois do caso do jornalista, o incidente de Manoel Fiel Filho acontecia.

Geisel decidiu em dois dias a situação e exonerou Ednardo D’Ávila. O ex governador de São Paulo afirma ainda, que existia naqueles tempos, uma divisão facciosa dentro das forças armadas e que a morte de Fiel Filho foi deliberada, arquitetada para manchar a imagem de Geisel frente à população.

Tais afirmações merecem estudo mais aprofundado sobre os conflitos internos das Forças Armadas brasileiras, o que não é o foco deste trabalho, mas é de amplo conhecimento que, naquele momento, pelo menos uma corrente de pensamento destoava das ordenações centrais do regime: eram aqueles militares chamados de “Linha dura” que não compactuavam com a abertura política e agiam de forma obscura para evitar a efetivação daquele projeto.

A ideia de uma oposição golpista dentro das Forças Armadas foi registrada pela revista *Veja* em 31 de dezembro de 1975. O discurso de fim de ano do Ministro do Exército Sylvio Frota, declarava o irrevogável apoio das FA ao conjunto ideológico de Geisel, afinal o presidente era “o intérprete maior e fiel executor” dos “propósitos renovadores da Revolução de 64”¹⁰. No entanto, suas ressalvas deixaram escapar a dissidência explícita na corporação.

Sua colocação final demonstrava a necessidade de amplitude maior das declarações oficiais a cerca da defesa da hierarquia e o respeito ao Chefe de Estado: “Por isso mesmo, não existirão intrigas nem pessimismos que possam dividir-nos ou abalar nossa lealdade ao chefe de governo”.

A questão aqui exposta mostra a emergência das Forças Armadas em manter a legitimidade de suas ações. A tendência a certa abertura política no governo Geisel e o praticamente extinto movimento das esquerdas armadas revigorou o sentimento de luta pelo fim do regime e a volta da democracia.

¹⁰ Acervo Digital da Revista *Veja*: *Veja* 382 de 31 de dezembro de 1975.

Enquanto isso, em setores militares fortalecidos pela arbitrariedade desencadeada dentro do próprio sistema, elementos integrantes do aparelho repressivo fugiam do controle das autoridades superiores. Muitos prisioneiros políticos continuaram sofrendo os horrores dos porões da ditadura, mesmo quando Brasília tentava reestabelecer sua imagem frente aos organismos nacionais e internacionais.

1.3 – DENÚNCIAS, ARBITRARIEDADES E MÁ FAMA

Os eventos citados inserem-se no contexto da produção de Freddie Perdigão. Entre afirmações ideológicas, números e recuperação do espírito de necessidade da chamada Revolução de 64, ele nos mostra a tentativa de colocar o DOI/CODI como ferramenta central para a manutenção da ordem e o combate à subversão, este binômio, em sua visão, comprometia a democracia brasileira, afinal, a guerra psicossocial era tão importante quanto o combate às organizações armadas, já que, é precisamente, a atividade psicossocial a fase embrionária da Guerra Revolucionária.

É preciso entender a difícil relação de formalidade e informalidade estabelecida desde a Operação Bandeirantes. Nesse sentido, a argumentação corrente demonstra que a formação das condições para a arbitrariedade eram imprescindíveis para a Seção de Inteligência (E2) e em relação ao combate à subversão. Como nos aponta Joffily:

“O funcionamento da Operação Bandeirantes repousaria permanentemente sobre essa dicotomia legalidade/ilegalidade, o que lhe conferia dinamismo e flexibilidade em suas atividades repressivas. Em outras palavras, no que diz respeito aos seus fundamentos, o órgão estava ancorado na sólida estrutura do Exército, contando com todo o suporte das mais altas patentes. Os métodos empregados – tortura, invasão de domicílio, assassinatos – eram ilegais mesmo dentro da lógica da legislação autoritária erigida pelo regime militar, entretanto, utilizados com a aquiescência dos superiores hierárquicos, embora não assumidos publicamente, pelo desgaste que tal opção acarretaria à imagem das Forças Armadas e do governo.” (JOFFILY, 2008:34)

Nessa investigação, Joffily demonstra a importância do interrogatório preliminar para as ações contra revolucionárias. O centro da engrenagem era precisamente a execução das investigações do E2 (Inteligência), exercidos pelos DOI/CODI, obviamente, dispondo de ampla rede de tortura e violência.

Perdigão demonstra em seus estudos que a centralização de informações foi crucial para o desempenho “histórico” do combate à subversão, pois, “anteriormente, cada órgão de informações realizava suas operações, independentemente, de qualquer informações ou

planejamento global”, sendo assim, à medida que a luta da esquerda armada avançava “um órgão de informação prejudicava as operações do outro” (PERDIGÃO, 1978).

Ao passo que o governo criava sua quimera, um monstro construído a partir da junção de corpos das mais diversas forças de segurança pública, dava-lhe autonomia e possibilidade de reportar suas operações apenas ao alto escalão das FA. Este teor profundo de autonomia executória da guerra psicossocial, caminhando na linha limítrofe da legalidade/ilegalidade, formalidade/informalidade, proliferou um perigo iminente para as FA: o descontrole de sua quimera.

Como acima descrito, em 1971, os EUA já se perguntavam sobre a real situação definida no Brasil a partir da cooperação substancial da USAID Brazil na formação das polícias brasileiras. A impressão, que levou à criação da comissão para avaliar esses efeitos, constatou a degeneração das forças policiais e a proliferação de grupos de extermínios autônomos e marginais ao governo central. A estreita ligação entre tais grupos e o governo era imprecisa e de difícil confirmação. Hoje, a partir das investigações de diversos pesquisadores, entre eles a obra *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/ América Latina* de Huggins, demonstra-se a direta ligação entre a degenerescência policial e a formação de grupos de extermínio, ambos frutos da política de execução da segurança nacional anti comunista a qualquer custo.

A distância deste trabalho para a produção de Huggins e Joffily se dá nos meandros da execução do centro da engrenagem e a braçadeira final de sua máquina. Enquanto Huggins em seu livro *Operários da Violência* constata a proliferação dos grupos de extermínio a partir das experiências vividas por 23 perpetradores diretos ou indiretos de violência, com uma amostragem de policiais subordinados ao policiamento perpetrado pelas Forças Armadas (HUGGINS, 2006), a fileira mais baixa da repressão, Joffily concentra-se na atuação fundamental das agências de informação antes de seu ingresso nas DEOPS, DOPS ou DPF. Ou seja, à medida que as operações caminhavam nos destacamentos especializados para obtenção de informação antes da formalidade legal, a repressão acontecia com o consentimento e a supervisão de altos escalões do Exército.

No caso deste trabalho, a investigação consiste na mais refinada camada de sustentação dos braços quiméricos da repressão: os elementos do oficialato militar de hierarquia menor, mas com possível progressão na carreira militar que estavam responsáveis por fazer a máquina repressiva girar 24 horas por dia.

O real tratamento dado aos ditos subversivos precisava caminhar na estrada que se bifurcava, constantemente entre mito e realidade, em que não houvesse provas de

acontecimentos nefastos nos porões da ditadura, mas que não deixasse dúvida ao povo brasileiro das graves consequências àquele que invadissem o limite da guerra psicossocial e se tornasse um subversivo.

Esse grupo intermediário, que vai além da categoria de “facilitadores de atrocidades” de Huggins, ocupa uma posição um tanto intrigante para o período. Se a informalidade dos DOI/CODI era marca registrada desta instituição, a ação de figuras proeminentes como Freddie Perdigão tendiam ao fantasmagórico, tratando-se de formalidade institucional. Mesmo nos relatos do Brasil Nunca Mais, Perdigão é citado duas vezes como “Dr. Nagib”, atualmente, a CNV já procura não se referir ao Coronel por esta alcunha, mas sim, tão somente por “Dr. Roberto”.

Esta atuação de difícil precisão dos DOI/CODI, tanto nas obras de Joffily, Huggins e (em certa medida) Gorender nos faz crer que os abusos cometidos em nome da Doutrina de Segurança Nacional foram proporcionados pelo consentimento e omissão oriundos, diretamente, do Ministério da Justiça e do Ministério do Exército, os dois, intrinsecamente ligados ao Gabinete da Presidência da República. A autonomia decorrida dessa parceria (consentimento e omissão) provocou os mais diversos crimes contra os direitos humanos, em especial assassinatos e torturas.

Nos “anos de chumbo”, com seu monstro atacando, o governo militar viu-se encurralado: por um lado o plano deu certo, ao final de 1973 os últimos suspiros de luta armada no Brasil restringiam-se a fugas e assaltos visando levar para o exterior aqueles que aqui viviam já na ilegalidade. Por outro, as cruéis e violentas ações repressivas deixaram suas marcas perante um mundo ocidental liderado pelos EUA, que se legitimava sob o discurso da liberdade e da democracia.

As notícias sobre o desrespeito aos direitos humanos no Brasil, muitas vezes sufocadas pela contra informação (a censura e a propaganda oficial), não mais foram amordaçadas com eficiência. E neste contexto, o DOI/CODI sofre suas primeiras derrotas, exatamente por ser colocado como epicentro da violência e da brutalidade do governo militar, já naquele momento.

1.4 – A DEFESA DO INDEFENSÁVEL

A Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) era o coração ideológico do regime autoritário do Brasil, em conjunto com a Escola Superior de Guerra (ESG). Muitos dos quadros proeminentes do alto oficialato das FA tiveram sua formação ligada a essas duas escolas. Entre eles, Perdigão e Ustra.

A ESG, por exemplo, contribuiu em muito com a dimensão ideológica do combate à subversão na década de 1960 com diversos manuais indicando o que era e como combater a Guerra Revolucionária. É também da ESG que surge o embrião do aparato legal que permite o enrijecimento do regime militar, a Lei de Segurança Nacional de 13 de Março de 1967.

Nesse sentido, fica evidente que a participação das escolas ideológicas era ponto imprescindível para a formação dos dirigentes militares. A partir dali saíram todos os oficiais que governaram o Brasil após o golpe de 1964. As estreitas relações entre a ESG e a ECEME com os presidentes militares também mostra a importância desses centros de formação na linha política definida após o domínio militar do governo brasileiro.

Perdigão ascendia na carreira militar e sua trajetória é necessariamente ligada à sua formação na ECEME. Em 1978 escreve sua monografia para essa instituição em defesa do aparelho de informação conhecido como DOI/CODI. Nesse documento, Perdigão faz ampla explanação sobre as características da luta armada brasileira e a necessidade de modernizar o combate à dita subversão.

Percebe-se, então, que a tentativa de Perdigão está diretamente ligada à situação na qual os DOI/CODI foram colocados frente à opinião pública. Afinal, a perda de controle dessa instituição pode ser sentida já em 1975 no governo de Geisel. Sendo assim, em um duplo ambiente de cobranças, o governo precisava justificar a existência desse órgão.

Os dois ambientes consistiam em 1- a Opinião pública extremamente crítica aos DOI/CODI e 2- o perigo de insubordinação gerada pela informalidade e o poder exacerbado dos centros de investigação. A esta altura, era preciso que uma resposta satisfatória fosse dada ao comando superior. Perdigão insere-se nesse contexto com grande prestígio e homem de confiança do governo. Suas relações políticas, pessoais e suas credenciais militares o colocavam em uma situação privilegiada para responder às acusações e suspeitas endógenas e exógenas às FA.

CAPÍTULO 2 - FREDDIE PERDIGÃO: DO RELATO À AÇÃO

2.1 – QUEM É FREDDIE PERDIGÃO?

Apesar deste estudo não ter, em absoluto, nenhuma intenção biográfica, para as conclusões da análise como um todo é necessário ressaltar, pelo menos, o ingresso de Freddie Perdigão no protagonismo contra revolucionário. Afinal, esteve à frente de importantes momentos do combate ao comunismo no Brasil, exercendo com violência a política do Estado brasileiro e fiel executor da ideologia presente nos manuais militares.

Ao que tudo indica, este homem ocupava posição peculiar na estrutura repressiva do Estado. Nas investigações de Huggins, os grupos de extermínio e os torturadores de sua análise compõem um escalão inferior. Não estão na cadeia de comando, ao contrário, executam ordens a partir de listas ordenadas de um escalão superior até os agentes operacionais da violência.

Figuras emblemáticas deste período, como Carlos Alberto Brilhante Ustra, Paulo Malhães, Ênio Pimentel da Silveira e o próprio Freddie Perdigão Pereira são exemplos de quadros militares de patente mediana do oficialato superior das forças armadas, mas com alta capacidade de ascensão em suas carreiras e que participavam, diretamente, da perpetração de violências, em especial, torturas e assassinatos.

Dentre os acima citados, podemos destacar Ustra e Perdigão, pois, ambos são associados em processos posteriores ao regime militar sobre crimes contra os direitos humanos. O caso de Ustra é icônico para história militar brasileira, pois, foi o primeiro oficial condenado por crimes referentes ao período da ditadura militar.

Perdigão foi associado, em 1999, ao atentado do Riocentro, no dia do trabalhador, em 1981. A justiça militar reabriu o caso e a monografia de Perdigão, fio condutor do presente trabalho, foi obtida dos autos do processo de 1999. Ainda que o IPM de 1999 não tenha obtido resultados condenatórios a Perdigão, ou a qualquer participante direto ou indireto, o aparecimento de novas evidências e a ligação entre ele e o caso demonstra o tipo de atuação insubordinada que alguns militares descontentes com a abertura política mantinham.

Vale ressaltar que a Comissão Nacional da Verdade em um de seus relatórios preliminares destacou que “em maio de 1999, o caso é arquivado pelo Superior Tribunal Militar, que enquadrou, de modo surpreendente e controvertido, um fato ocorrido em 1981 na Lei da Anistia, de 1979”¹¹ (CNV, 2014:15). Necessário também esclarecer a conclusão do

¹¹ Existe a contestação sobre a abrangência da Lei de Anistia “Ampla, geral e Irrestrita” proposta e aprovada pelo governo em 1979. É uma aberração jurídica fazer valer retroatividade a um crime cometido após a Lei de Anistia. Observa-se então, que ainda hoje, a perspectiva institucional das Forças Armadas de negação dos abusos cometidos por militares é política de Estado.

relatório preliminar sobre a perícia para a construção daqueles artefatos (as bombas), pois, evidencia-se a improvável versão que perdurou por anos, de que tais atentados eram atos terroristas de grupos ligados à esquerda revolucionária:

“Conforme indica o estudo criminalístico produzido por Antonio Carlos Villanova, nos autos do Inquérito Policial Militar de 1999, os artefatos explosivos eram peças de elaboração sofisticada, com o emprego de temporizadores para detonação e o uso de nitroglicerina gelatinosa, que não correspondiam ao tipo de explosivo produzido por grupos armados de oposição ao regime militar” (CNV, 2014:5)

Destaca-se nesse intento, que “o Coronel Perdigão é um exemplo de como operava o chamado Grupo Secreto... que não obedecia a disciplina e a hierarquia militar, oferecendo múltiplas capacidades de atuação a partir de um objetivo comum” (CNV, 2014:671). Essa afirmação corrobora com a ideia de Huggins, que salienta a proliferação desenfreada de grupos de extermínio naquele momento. Ao iniciar uma “lenta liberalização, à medida que os dois presidentes militares tomaram decisões para reduzir a intensidade da repressão patrocinada pelo Estado” na política brasileira “simultaneamente... proliferaram esquadrões da morte informais, aparentemente sem vinculações estatais” (HUGGINS, FATOUROS e ZIMBARDO 2006:164).

É evidente que, para Huggins, a central preocupação se dá no interior do trabalho da Polícia. A atuação de grupos políticos de extrema direita tangencia seu trabalho, enquanto doutrina de segurança nacional, usada para motivar atrocidades. Porém, sua análise não recai precisamente sobre as questões políticas no interior do alto oficialato das Forças Armadas, seus conflitos internos e suas possíveis dissidências, como o caso do “grupo secreto” evidenciado pela CNV.

Especificamente, quando trata da proliferação de esquadrões da morte relacionados com a abertura política, a autora nos indica um crescimento do regime de privatização da violência, uma reação ao crime urbano, usando de maneira informal a força coercitiva do Estado. No entanto, mais uma vez, ela nos fornece incrível aparato metodológico para tal análise, pois, afirma que:

“não havia nada de completamente novo a respeito dessa privatização do controle social associada aos esquadrões da morte. Entretanto, ela parece ter-se acentuado mais à medida que avançava a redemocratização do Brasil. Talvez pelo fato de os esquadrões da morte parecerem completamente privatizados e não formalmente ligados ao governo ou a empresas, os governantes do Brasil, tanto civis quanto militares, acabaram por fazer uma abordagem contraditória dessas equipes assassinas.” (HUGGINS, FATOUROS e ZIMBARDO 2006:164 e 165)

Essa informalidade recaía nesse momento como bom argumento para a lentidão da abertura política. Ainda que não obedecesse a um comando centralizado, típico da hierarquia militar, o grupo secreto agia às margens das intenções estatais, pois, não havia preocupação

institucional em conter tais grupos de maneira precisa, como nos alerta Huggins “o controle social formal pode oscilar entre trabalhar secretamente com esquadrões da morte e protegê-los” ou, como no caso do Grupo Secreto “ignorar, de um modo geral, sua existência” (HUGGINS, FATOUROS e ZIMBARDO 2006:165).

2.2 – PERDIGÃO: UM MAL CONVENIENTE

Era salutar à sobrevivência da ditadura militar que ações como do Riocentro fossem sentidas na sociedade. A prematura explosão daquelas bombas foi importante para constatar a maneira informal de atuação da violência do Estado. Talvez se aquele acidente não tivesse ocorrido, outra história seria contada e a mentira da criminalização da esquerda, na década de 1980 com atos terroristas, ganharia ainda mais força.

É uma situação tão problemática, que recentemente, na CNV, o caso foi discutido e, prontamente negado pelas Forças Armadas, mediante a declaração de que não haveria fatos conclusivos sobre as acusações. A ação terrorista e informal de grupos extremistas ligados ao governo foi vital para a sobrevivência dos momentos finais da ditadura e as articulações que fizeram perdurar suas diretrizes políticas e manter um Estado autoritário por quase dez anos até uma eleição direta e democrática, mesmo com a campanha civil pela democracia e a massiva propaganda entusiasta do discurso oficial da distensão.

Nesse contexto, insere-se o “Dr. Roberto”. Suas ações compondo o chamado “grupo secreto” vinculam-se a suas práticas violentas em nome da defesa da segurança nacional. A carreira militar de Perdigão é fundamental para entender o contraponto aqui estabelecido em relação ao recorte epistemológico de Huggins. Em suas observações, os operários da violência compunham ações orientadas por um escalão superior, listas que continham nomes a serem executados, no entanto, era necessário, nesse sistema, que existisse o intermediário, aquele grupo que exercia a ligação entre as necessidades coercitivas do Estado e a execução dessa repressão com extrema violência.

Em geral, tais componentes conseguiram desvincular-se da prática direta da violência. A tortura no “centro da engrenagem” (JOFFILY, 2008) poderia ser empregada por agentes finais do aparelho repressivo, aqueles policiais entrevistados por Huggins. Entretanto, a combinação de ideologia, necessidade de informações e institucionalização (possibilitada pela cadeia de impunidade) levava os comandantes dos DOI/CODI e oficiais responsáveis pela inteligência militar (os E2, a 2ª seção das Forças Armadas) muitas vezes a praticarem e refinarem a máquina de violência. Essa, os DOI/CODI, combinavam agressividade e ciência, tortura e método, de maneira que, em todo caso, quando acusados de tais abusos, ficasse a

investigação relegada à má conduta policial ou com alto grau de inconsistência pericial, de modo que fosse impossível provar tais condutas do E2.

É evidente que os comandos superiores (como o CONDI) mantiveram-se distantes, oficialmente, das atrocidades repressivas. Seu papel, não menos importante, era proporcionar as condições de autoritarismo no âmbito legal. Quando denunciados e acusados de crimes contra a humanidade, a função dos superiores era garantir a impunidade e a manutenção do aparelho repressivo.

Na escala intermediária, a contra informação era a chave da manutenção do sistema e da coesão social. A militarização das polícias, obedecendo diretamente os interesses das Forças Armadas, foi crucial para o desenvolvimento e manutenção do aparato repressivo (HUGGINS,1998).

Em tese, a inteligência, comandada por oficiais das Forças Armadas, concentrada na estrutura investigativa dos DOI/CODI, seria responsável por prover a integridade da segurança nacional. Em segundo plano, deveria reportar-se, tão somente para os comandos superiores. Dentro da estrutura organizacional da contra informação, a instância máxima era o Ministério da Justiça, subordinado ao presidente da república. Como de fato os governos que se sucederam a 1964 foram compostos, exclusivamente, por generais até 1985, então, o executivo federal, dominado pelo Estado Maior das Forças Armadas tinha amplo acesso às investigações e diligências anti-insurrecionais.

Tal afirmação faz sentido quando observa-se que aos 32 anos, Freddie Perdigão entrava com relativa importância na estrutura hierárquica organizacional da inteligência. Nascido em 1936, concluiu o curso de formação de oficial da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1958. Entre 1968 e 1972 ocupou prestigiada posição como E2. Por integrar o Centro de Inteligência do Exército (CIE), nesse período, esteve vinculado ao gabinete dos ministros Lyra Tavares e Orlando Geisel. Vale lembrar que o primeiro foi indicado na lista tríplice presidencial para exercer a presidência da república e o segundo, irmão do presidente Ernesto Geisel, que governou o Brasil de 1974 a 1979 (CNV, 2014:894).

Ao que tudo indica, as conexões políticas de Perdigão o colocaram em situação informal de comando da repressão. Suas ações contavam com prestígio, além de suas patentes militares. Sua carreira militar lhe garantiu, já em 1970, a Medalha do Pacificador com Palma, importante honraria dentro das Forças Armadas. A coragem sugerida pela honraria contrasta com sua personalidade de extremada violência, mesmo para seus congêneres torturadores. Para

Paulo Malhães, Perdigão representava um grau de violência extremado, mesmo entre os homens idealizadores da Casa da Morte de Petrópolis¹².

Esse comando informal dava-se pela incrível capacidade de articulação que Perdigão proporcionava nos meios militares. Como exemplo, há indícios mostrados nas investigações da CNV da importante participação dele nas relações entre o DOI/CODI do II Ex e a “casa da morte” de Petrópolis. Essa ligação era possível, pois, foi ele um dos idealizadores daquele sistema de extermínio como denunciado por Paulo Malhães à CNV.

2.3 – A DEFESA NAS MÃOS ENSANGUENTADAS DO TORTURADOR

Essa relação tênue entre os comandos militares e a perpetração da violência colocava Perdigão em uma posição sem precedentes. Como proposta inicial, a centralização de informações, naturalmente, já colocava o E2 como peça de enorme destaque nos meios militares. Sobre isso, Ana Lagôa nos adverte que três entre os presidentes militares foram chefes do Sistema Nacional de Informações (LAGÔA, 1983) e a um foi atribuída sua criação.

Outro ponto que nos demonstra como a informação era privilegiada, é que o pai do SNI, Golbery do Couto e Silva, só foi desvinculado da cúpula decisória do regime militar em 1981. É provável que sua renúncia da Casa Civil tenha direta ligação com o caso Riocentro (esse demonstrado acima, como exemplo de descontrole da bestial quimera militar).

Golbery, enquanto principal articulador político do sistema e idealizador do aparelho repressivo declarou em sua renúncia que havia “criado um monstro” (LAGÔA, 1983:24) e os “indícios soltos aqui e ali em fundos de jornais e comentários nos bastidores político-militares” sobre sua demissão “levam a crer que seu afastamento se deu em meio ao rumoroso caso das bombas do RIOCENTRO” (LAGÔA, 1983:25).

Ao passo que ascendia na carreira militar, a partir da posição de capitão até o posto de Coronel, Perdigão galgava incríveis posições políticas. Parece que a eleição indireta de Geisel ao cargo de presidente, posicionou o “Dr. Roberto” a um novo patamar, pois, em novembro de

¹² Em declaração à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Malhães observa que a personalidade do “Dr. Roberto” era de tamanha agressividade que histórias de extrema violência não atribuiria a alguns de seus companheiros, mas a ele sim:

“CEV-RJ - Infiltrado do Paim Sampaio, que era um Grego, Papadeo, que ao chegar lá ele falou para o Paim Sampaio, ‘olha, esta cara está em crise de esquizofrenia. Tão cedo o senhor não vai poder contar com ele’. E que aí o Paim Sampaio deu um tiro, na cabeça do rapaz, na frente dele, na varanda da casa. Pode ser? O Paim Sampaio era desses arrojos?

Malhães – Que eu saiba, também não. (02:39:58) Não quero dizer que o Paim Sampaio era santo, nem estou dizendo que eu era santo. Ninguém é santo lá. Mas, há os mais intempestivos e há os menos. Perdigão, por exemplo, era a intempestividade em pessoa.

CEV-RJ - Era estourado.

CEV-RJ - Se esta historia fosse com o Perdigão o senhor acreditaria?

Malhães – Não teria dúvida.”

1974 (CNV,2014) vinculou-se ao SNI, ponto promissor na carreira de um agente de informações naquele momento.

Afastado das ações diretas do centro da engrenagem, Perdigão ocupava em 1975 um posto que o permitia falar de forma peculiar sobre a realidade dos DOI/CODI. A investigação sobre os abusos cometidos por militares não era novidade para Geisel, afinal, no governo Castelo Branco, foi designado ainda em 1964, para examinar denúncias de torturas e maus tratos a prisioneiros políticos em cinco áreas diferentes¹³.

A posição pública das FA, representados pela 5ª seção, só era possível à medida que chegassem ao SNI informações dos comandos locais sobre suas ações, diligências e investigações. A partir disso, a comunicação oficial do Estado Maior das Forças Armadas poderia formular a melhor maneira de difundir essas informações na forma de propaganda a favor do regime. Para a Agência Central, essa tramitação de informações era vital para a sobrevivência da ditadura.

Geisel apresentava seu discurso a favor de que a paz social fosse alcançada, para que de forma lenta, gradual e segura, a democracia pudesse ser reestabelecida. Sabia aquele general, que caso novas denúncias de tortura e assassinato fossem expostas e aproveitadas pela mídia (na visão militar, essa mídia era corrompida pelo pensamento de esquerda) não seria possível a perpetuação da imagem redentora e revolucionária do golpe de 1964.

Os casos de Herzog e Fiel Filho exigiram imediata ação do presidente, não apenas para abafar aqueles casos, mas tomar providências de que outras denúncias tão graves como aquelas não acontecessem continuamente, pressionando o projeto da distensão e minando as forças do governo.

¹³ Nos arquivos de Élio Gaspari encontram-se alguns documentos que nos permite entender o posicionamento de Ernesto Geisel sobre a violência cometida pelo Estado em nome da segurança nacional. Nas palavras transcritas do ex-presidente, sua obrigação na missão de 15 a 21 de setembro de 1964 foi realizar a investigação para “saber da procedência das denúncias de maus-tratos e torturas em presos e das providências adotadas para comprová-las, apenas será responsabilidade e dos meios para evitar que se reproduzissem; verificar se havia incidência atual de torturas; examinar o estado em que, de modo geral, os presos se encontravam...; tomar conhecimento dos inquéritos ainda não concluídos; formular sugestões junto às mencionadas autoridades e ao Sr. Presidente”. Em 5 dias, Geisel visitou quatro estados (Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Bahia) e um Território (Fernando de Noronha) e constatou em suas visitas que “as denúncias veiculadas pela imprensa, com grande alarde e amplitude, não tinham confirmação concreta nos fatos reais por mim encontrados em todas aquelas áreas” a não ser “Um reduzido número de casos em que havia indícios de torturas, na área de Pernambuco”, entretanto, constatou que “teria ocorrido na fase inicial da Revolução (dia 2 de abril de 1964, relativamente a Gregório Lourenço Bezerra), e não se teria estendido além de 10 de maio do mesmo ano”. É muito importante evidenciar que já no segundo dia após o golpe houve casos de extrema violência, ainda que Geisel concordasse que “ocorreram alguns casos de maus-tratos, sevícias e torturas – em número reduzido”. Isso não isenta o regime militar de ter aberto as fronteiras aos maus tratos em nome da segurança nacional, mesmo declarando que já haviam “cessado aquelas anormalidades de caráter arbitrário e desumano”. Nos relatórios do grupo Brasil Nunca Mais, há a indicação que na primeira semana de abril de 1964 dez mil pessoas foram presas pela recente instaurada ditadura militar. ARQUIVOS DA DITADURA. Disponível em <<http://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/explicacao-pessoal-general-ernesto-geise-0>> Acesso in: 18/06/2015.

CAPÍTULO 3 - A PRÁTICA INTELECTUAL NOS MEIOS MILITARES:

3.1 – VERDADES, PODER E AUTORITARISMO

É na proposição foucaultiana que se desenvolve o embrião do problema aqui proposto. Em sua densa contribuição na *Microfísica do poder*, ele estabelece um duplo problema, tratando-se da produção intelectual em um regime autoritário tal qual o governo brasileiro no período da ditadura.

Nos alerta Foucault que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1979:12). Nesse contexto, é explícita a necessidade de entender a construção discursiva da história desenvolvida pelo governo militar, já que, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 1979:12).

O duplo-problema estabelecido se configura de maneira icônica para a realidade intelectual brasileira, pois: o primeiro problema é que partimos de uma intelectualidade ligada a estruturas de poder (a tal ponto hegemônicas) que é difícil tecer um limite entre a produção intelectual e o esboço do Estado, sendo assim, há uma relação direta e concomitante entre o poder e a verdade.

Não há uma genealogia do poder satisfatória, no sentido de que a produção do saber é paralela à constituição do Estado, obedecendo a claros interesses de uma determinada elite intelectual oriunda das classes dominantes no Brasil, muito ligadas à produção agrária, menosprezando todo o pensamento popular, o saber tradicional e as reivindicações das massas.

A construção da ideologia é intimamente ligada à organização do Estado, podemos afirmar que o próprio desenho do governo na história brasileira é delimitado por uma restritíssima elite intelectual, gerada, obviamente, pelo baixo grau de acesso à educação no decorrer de praticamente todo o século XX.

Apesar das dissonantes vozes, a intelectualidade brasileira auto-intitula-se vanguarda ou guia, seja nos meios conservadores, seja no campo progressista/populista/desenvolvimentista, na esquerda partidária e democraticamente organizada ou na ala mais radical da esquerda brasileira que encaminhou o propósito da luta armada (luta esta, em muito fracassada, exatamente pela não adesão das massas ao projeto de poder e modelo de combate da esquerda armada ao regime militar)(GORENDER, 1988).

Em todo o espectro da política brasileira, os intelectuais se interseccionam com o poder, não como subprodutos, mas como princípio ordenador, atendendo expectativas e representando interesses de grupos que exercem diálogo entre si (quando possível e conveniente) e violência contra opositores (caso a ideologia proposta fosse de um grau de inconformidade total com a ordem vigente).

O segundo problema concentra-se na produção de saber em um regime autoritário. Essa produção é supervisionada e em grande medida controlada (tendo visão ampla sobre a emancipação da intelectualidade) por sérios movimentos repressivos por parte do aparelho de segurança do Estado, ponto que será explorado com maior profundidade nas próximas páginas.

Foucault propõe ainda que há uma incansável disputa pela verdade, não enquanto conhecimento, mas sim como projeto de poder. No entanto, “o conjunto das regras segundo se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, pág 13) em um regime autoritário consolida-se, precisamente, na eficácia do governo em conduzir a construção da sua auto-imagem, legitimada, muitas vezes, pela produção intelectual controlada, algo de certa maneira possível em uma sociedade pouco letrada como o caso brasileiro.

Temos então a assustadora situação de um regime democraticamente ilegítimo (ditadura consolidada por um golpe de Estado), institucionalmente centralizado, no âmbito da comunicação interna para defesa da segurança nacional interligado e intelectualmente aparelhado. Nesta perspectiva, o “estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela (a verdade) desempenha” (FOUCAULT, 1979, pág 13) torna-se hegemônico, instaurando-se sob práticas desumanas de violência física e psicológica em nome de um combate “psicossocial” contra um invisível e escorregadio inimigo, o comunista.

3.2 – AUTO-HISTÓRIA E O REGIME MILITAR

A prática da construção da auto-imagem não é nenhuma novidade nos meios militares ou na linguagem política. A heroificação das Forças Armadas é um dos métodos de legitimação do monopólio da violência pelo Estado. Nesse sentido, a história torna-se elemento que dá substância ao poder institucionalizado.

Posto que aqui o que está em questão não é a utilização da história como ferramenta de manutenção e legitimação do poder, mas sim a construção de uma auto-imagem que visava institucionalizar-se para gerações futuras, a partir de um discurso ao menos pretensamente historiográfico produzido no calor dos acontecimentos,. Ou seja, uma produção intelectual que reivindicava para si um estatuto de verdade histórica, mesmo podendo também ser entendida como memória ou relato autobiográfico, numa tentativa de seu autor de se instituir como “historiador de si mesmo”

Ao longo da pesquisa documental, ficou evidente que mesmo quando alguns temas são fatos claros na memória dos agentes históricos, o governo militar criou condições de negação em níveis diferentes, trazendo assim, certa expectativa de certeza nas afirmações institucionais,

ou pelo menos garantia de um determinado discurso histórico. A monografia de Perdigão mostra-se como elemento elucidador dessa perspectiva. À medida que o discurso caminha, impõe-se uma necessidade histórica de combate bélico contra a subversão.

Tal consideração frente ao documento é necessária, pois, ajustando de acordo com as limitações históricas, Marcelo Moreschi traz à tona um conceito que pode ampliar os debates sobre a ditadura.

Em sua tese, Moreschi investiga em que medida a imagem do movimento modernista é fruto do que chamou de auto-historiografia, gerada por uma auto-documentação em um modelo discursivo que toma o agente histórico como propriamente o historiador de si mesmo.

A grande relevância do trabalho acima citado é demonstrar em que medida esse horizonte de expectativa é a própria escrita da história. Tomando por exemplo Mário de Andrade, a auto-historiografia de Moreschi fica mais clara. Entende o autor, a existência de um

“Mário de Andrade historiador de si mesmo, aquele que incansavelmente procura documentar sua atuação e insistentemente se esforça em estabelecer não apenas uma literatura ou uma cultura nacional mas o seu próprio lugar relevante nessa literatura ou cultura.” (MORESCHI, 2010 :111)

E a seleção documental que o próprio modernista fazia indicava o caminho de uma determinada história desejada e projetada para gerações futuras, pois, “as cartas já eram imaginadas como documentos de relevância futura e teriam como destinatário o próprio arquivo que conservaria a cultura nacional e que potencializaria, no futuro, a sua síntese.” (MORESCHI, 2010 :116), Além disso

“Os documentos só teriam força enunciativa e potencial historiográfico se também tiverem uma certa capacidade de gerar ou influenciar discursos e ações. Na produção auto-historiográfica de Mário, o documento (ou o texto que depois de preservado o será segundo um cálculo já presente na sua gênese) deve operar uma intervenção simultânea em duas dimensões temporais, no presente (no caso das cartas, por exemplo, no “amigo”-destinatário) e no futuro (generalizadamente, realizando “a revelação futura”).” (MORESCHI,2010 :122)

A simultaneidade no caso de Perdigão se dá também em duas dimensões, no presente, ou seja, a garantia da legitimidade de atuação dos DOI-CODI ao longo da vigência do regime ditatorial e no futuro, enquanto construção do discurso histórico que se pretendia oficial. A história contada seria a da necessidade de preservação moral, institucional e de uma pretensa identidade nacional, anticomunista e democrática.

Esta ambivalência entre memória e história constitui profundo problema para a análise histórica, afinal, a intencionalidade desta ambivalência pode ser motivada tanto para a satisfação pessoal, como no caso de Mario de Andrade, quanto para a preservação institucional de uma determinada memória, como no caso de Perdigão.

É difícil delimitar precisamente o que pensava um determinado autor no momento de criação de suas memórias e “Procurar encontrar a inteligibilidade absoluta significa adotar uma visão excessivamente otimista acerca daquilo que somos capazes de resgatar do passado” (SKINNER,2002).

3.3 – SUPRESSÃO INTELECTUAL E AUTO-HISTÓRIA

Fica evidente que manifestar memórias (ainda que com intencionalidade auto-histórica) não é suficiente para irradiar ao futuro entendimentos específicos de historicidade. Então como foi possível manter a impunidade aos crimes contra os direitos humanos perpetrados pelos militares? E além disso, como criou-se uma comoção nacional em torno da democracia, mas um esvaziamento das buscas por justiça em relação a todos perseguidos políticos, presos, torturados ou mortos?

3.3.1. – O ARQUIVO

Para que a máquina auto-histórica funcione é necessário que vários elementos estejam convergindo para um mesmo objetivo. De maneira geral, a auto-documentação é imprescindível. A produção do arquivo institucional tem que trabalhar uniformemente para esse fim, algo cabível de se imaginar em um regime com alto grau de centralização como o autoritarismo dos militares.

A disciplina e a hierarquia militar tornaram possíveis a criação da auto-documentação, pois, apesar de intervir diretamente nas relações particulares da vida pública e privada, a memória arquivística não denuncia (explicitamente) as práticas criminosas ofertadas pela ditadura nos 21 anos de sua existência.

Isso não é um daqueles casos de incrível coincidência, mas sim fruto de trabalho, racionalidade e uso de recursos do Estado (sobretudo a violência) para construir a documentação que procurava indicar a legitimidade das ações do governo naquele momento. São Inquéritos Policiais Militares (IPM) forjados, confissões conseguidas sob tortura, legislações altamente coercitivas e propagandas constantes nos mais diversos meios de comunicação de amplo alcance.

Tudo indica haver a crença de que a história se faz com documentos governamentais e que outras fontes, caso usadas poderiam ser facilmente refutadas, dado o grau de credibilidade das fontes primárias produzidas pelas instituições governamentais.

3.3.2 – A IMPRENSA

Além da documentação é necessário também que a informação transmitida seja conveniente ao regime. Em relação à propaganda ditatorial, Nina Schneider explora aspectos da ligação entre os grandes meios de comunicação, o Estado e empresários.

Em seu livro *Brazilian Propaganda: Legitimizing an Authoritarian Regime*, ela traz ao centro da discussão um questionamento ilustrativo do grau de controle do Estado em função de sua manutenção. A historiadora alemã não acredita que somente a força repressiva do Estado (controlado pelas forças armadas) era capaz de manter um regime autoritário e severo contra os direitos humanos por 21 anos, a partir disso, investiga a produção da propaganda em meios públicos e privados que ajudaram na longa manutenção de um sistema altamente repressivo, que além de ferramentas discursivas contava com torturas, assassinatos, sequestros, desaparecimentos e perseguições a funcionários públicos civis e militares.

A censura aos meios de comunicação é a face mais explícita desse domínio da informação, no entanto, não é a única maneira de controlá-la. Ali convergiam interesses dos mais diversos setores, a opção por um jornalismo combativo ou conivente com as práticas do regime depende, primordialmente, dos interesses desses grupos que controlam os meios de comunicação. A preservação de jornais e revistas que optaram por denunciar e combater as práticas autoritárias da ditadura militar foi fruto do trabalho de alguns agentes históricos como Ana Lagôa, algo hoje, caro à auto-historiografia militar.

3.3.3 – A ACADEMIA

Há também, dentro do ambiente acadêmico, o controle do pensamento através de perseguição à produção de saber contrária ao conjunto ideário da repressão. É amplo o registro de intelectuais perseguidos por suas proposições, que em muitos casos, não tinham ligação alguma com o comunismo internacional, por exemplo, o exílio do Ex Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Podemos colocar nesse conjunto a música e a produção artística em geral, como o teatro, artes plásticas e cinema.

Para completar a fórmula de sucesso da repressão intelectual era necessário que o saber acadêmico e a disputa pela verdade (enquanto projeto de poder) tivessem no âmago de sua produção a ideologia dominante como princípio ordenador. Sendo assim, os militares não

podiam se isentar da participação da construção ideológica, para tanto, as escolas de formação como a ECEME e ESG tiveram papel importante. Nesse sentido, a LSN¹⁴, por exemplo, é uma das grandes produções esguianas.

3.3.4 – O DISCURSO

A “Guerra Revolucionária” citada e condenada pela LSN é termo comum nos manuais militares da ESG e ECEME. O uso desse termo tem sentido próprio. A GR vai além do combate bélico das forças militares comunistas contra as FA. Ela compreende um ambiente de preparação que vai da doutrinação, criação de “quadros”¹⁵, convencimento das massas, instauração do caos social (a guerra de classes), até o combate armado.

Ao leitor desatento, a conceituação da GR pode parecer irrelevante, entretanto, definir esse método de atuação das forças paramilitares aponta para a justificativa ou legitimação do sentido preventivo do golpe de 1964, usada pela ala golpista das FA. Ao que tudo indica (e o próprio Perdigão confirma) a luta armada no Brasil só se estabeleceu, de fato, no ano de 1968, antes disso havia preparação para o ambiente social propício à ação revolucionária armada. A divergência de posicionamentos sobre o acirramento da luta armada no Brasil, mas ela se concentra em torno do AI-05: ele aconteceu pela radicalização revolucionária, ou a luta armada foi a resposta radical da esquerda brasileira ao temível AI-05?

Perdigão insistia que a necessidade do aparelhamento do Estado de criar uma estrutura racionalmente erigida para o combate à subversão podia ser comprovada pela afiliação da esquerda brasileira à OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) no segundo

¹⁴ Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967 - Nesta fonte podemos ter dimensão da atuação do Estado contra manifestações populares. É clara a intenção de colocar na marginalidade todo brasileiro ou estrangeiro, que questionassem a ordem vigente. Os crimes e as penas descritos não deixam dúvidas: a LSN veio justificar de maneira normativa as atividades repressivas do Estado brasileiro. Devemos ressaltar nas disposições preliminares o Artigo 3 Parágrafo 3º: “A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.” Desta maneira, qualquer manifestação poderia ser considerada um crime contra a LSN. Alguns pontos desta lei são importantes para entender a repressão, como os Artigos 13 e 14 que tornaram crime a exposição de atividades militares. Evidente que a LSN ampliava esta prerrogativa, dentro do contexto da época, este artigo foi importante para conter denúncias de torturas e demais abusos do governo. Também podemos destacar neste mesmo Decreto-Lei a submissão do Poder Judiciário ao Poder Executivo, os sequestros muitas vezes denunciados por militantes políticos eram justificados com base em acusações que feriam a LSN, o Art. 29 e o Art. 33 previam penas de 3 meses a 3 anos de prisão, tempo suficiente para exercer os interrogatórios, apagar as marcas e acusar o réu de outros crimes previamente montados, em conjunto com o AI-5 a justiça ficaria de mãos atadas contra os centros de investigação como Oban e os DOI/CODI já que o Habeas Corpus foi abolido para crimes políticos, de natureza econômica ou social. Estes são alguns exemplos da dimensão repressiva da LSN. Lei de Segurança Nacional. <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acesso in: 01/12/2011).

¹⁵ “Segundo a linguagem usada pelas Organizações Subversivo-Terroristas, existiam os Simpatizantes, os Apoios e os Quadros. Simpatizantes eram os que embora concordassem com a linha política das Organizações, não mantinham contato direto com elas. Apoios eram aqueles que embora não fossem membros das Organizações, as auxiliavam sob os mais variados aspectos como: dinheiro, locais para esconderijos, transporte, documentos, etc... Quadros eram os membros efetivos e atuantes das Organizações.” (USTRA, 2003)

semestre de 1967 em Cuba. Esse aparelhamento contou não apenas com o marco legal da repressão, o AI-5, mas também com a instauração de órgãos técnicos preparados para a contra informação (OBAN e mais à frente DOI-CODI).

Jacob Gorender credita ao governo ditatorial o acirramento da luta revolucionária, quando em 31 de março de 1964, as reformas sociais no Brasil foram interrompidas, mesmo contando com aprovação popular em legítimo processo democrático. Outros agentes históricos como Carlos Eugênio Paz e Jarbas Marques, em diversos depoimentos, corroboram com as afirmações de Gorender.

Ao que tudo indica, Perdigão entendia os anos iniciais da ditadura muito menos repressivos do que ele considerava preciso, além disso, a chegada à luta armada era apenas a etapa final do projeto de GR, já que o “controle progressivo da nação” como acima exposto precedia a incursão armada.

Ao tratar da GR, Perdigão é mais um fiel reproduzidor do discurso esguiano pronto e pré-moldado, a ser repetido pelo Estado, perpetua e continuamente ao longo da história do Brasil, segundo a base de cálculo já na produção desse discurso, explorando sua força enunciativa para o presente e futuro e sua ambivalência auto-histórica.

3.3.5 – DOS RESULTADOS

A disputa pela memória da ditadura militar no Brasil é uma discussão aquém da popularidade que o tema merece. Ao compararmos as ações da Comissão da Verdade argentina com a brasileira percebemos certo sentimento de derrota.

Enquanto alguns países tiveram no seio de suas Comissões da Verdade o caráter deliberativo (sendo o caso mais icônico o argentino), no Brasil a CNV instaurou-se como um órgão consultivo, sem poderes para elevar as discussões de prática meramente historiográfica para processos judiciais com condenações aos graves delitos contra a humanidade. (SCHNEIDER, 2013).

O discurso oficial das FA, mesmo com intensa pressão externa, tenta propagar as diretrizes deixadas pela ditadura. Ao emitir o relatório final em 2014, a CNV procurou dialogar com as instituições militares e ainda hoje, passado meio século do golpe de 64, a resposta permanece a mesma, um silêncio sepulcral sobre todos os mortos e desaparecidos sob o comando militar.

De acordo com as FA “não houve desvio de finalidade do uso de suas instalações”, referindo-se ao questionamento da CNV sobre o uso das instalações do exército, Marinha e Aeronáutica para execução de torturas e assassinatos. É evidente que pelo menos 4 instalações militares foram sistematicamente usadas para esse fim: CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), CIE (Centro de Inteligência do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e os DOI-CODI.

Em 1975, Geisel se posicionou politicamente de maneira surpreendente, mas inteligível se colocada sob a perspectiva da auto-história. Ao sustentar o discurso da distensão, corroborou para o silenciamento sobre os abusos do regime. À medida que criou certa legitimidade popular em busca de democracia (controlada com violência e perseguição quando além das arestas definidas pelo Estado), elevou esse discurso à condição única de posicionamento contrário ao sistema. Ou seja, é a democracia e sua eventual vitória que deveriam vigorar. O sentimento de defesa da democracia era, sobretudo, no pensamento de Geisel, a missão última do movimento de 64.

O caráter preventivo do golpe ocupa, precisamente, a posição de guardião da democracia brasileira na auto-história produzida. No entanto, os custos dessa pretensa defesa foram muito altos, porém, silenciados pelo discurso da distensão. A ditadura no Brasil (contabiliza o projeto Brasil Nunca mais) na primeira semana de abril de 1964 prendeu cerca de 10 mil pessoas. Um número impressionante para qualquer aparato repressivo. É esse modelo de repressão que vigorou na ditadura militar: perseguição eficiente e capilar contra seus opositores.

Todos os dirigentes da ALN (com exceção de Carlos Eugênio da Paz) foram mortos. João Goulart (Jango), Juscelino (JK), Carlos Lacerda e a Frente Ampla como um todo foi desarticulada, muitas vezes com o uso de assassinatos programados cinematograficamente. As lideranças estudantis envolvidas com a luta armada estão, muitas delas, nas listas de desaparecidos, como Honestino Guimarães, estudante do curso de geologia da Universidade de Brasília. Ou seja, a “repressão à Brasileira” não se expôs de forma a deixar registro criminal para o futuro. A perseguição específica, premedita, orientada, racionalizada e compartimentada evitou eventos como a Noite de Tlatelolco no México.

Acompanhado dessa capilarização repressiva, o discurso oficial manteve a imagem de necessidade da democracia e a distensão (lenta, gradual e segura) proposta por Geisel acompanhava os anseios mínimos da sociedade. A Guerra Contra Revolucionária parecia estar chegando ao fim, unir o sentimento de preservação da identidade nacional em torno da busca pelo fim da ditadura era também a preocupação de alguns setores das FA.

Os números de mortos e desaparecidos (incomparavelmente menores se comparados com o caso argentino) não demonstram o baixo grau de agressividade e violência do regime brasileiro, apenas denotam a seletividade e eficiência das práticas militares no Brasil. De acordo com o Ministério da Justiça, até 2015, mais de 74 mil pedidos de anistia foram efetuados à Comissão de Anistia desse ministério. Isso demonstra como a repressão brasileira agiu no coração dos movimentos sociais: suas lideranças; que sem adesão das massas (como salientado por Jacob Gorender) não conseguiram perpetuar seu projeto inicial de intervenção na realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas no documento (principal) analisado nos possibilita entender como era o mecanismo de construção ideológica e propagação da memória proposta pelos militares enquanto governo ditatorial. A produção intelectual acompanhada da necessidade de justificação de um regime de exceção violento, brutal e desumano foi desenvolvida a partir de diversos discursos produzidos no calor dos acontecimentos com vista a encobrir a atuação, sabidamente, criminosa da repressão no Brasil, em especial, os DOI-CODI.

O esforço aqui empreendido não visa esgotar o tema, mas sim abrir novas fronteiras para a análise do discurso oficial das Forças Armadas. O Estado brasileiro, ainda hoje, mesmo com toda sua diversidade política e representantes dispostos a encabeçar as buscas institucionais para elucidar a verdade frente aos espetáculos de horror proporcionados pela ditadura, não é capaz de desvincular a história perpetrada pelas instituições militares do posicionamento oficial do Estado, mantendo a versão por eles desejada.

No presente ano de 2015, mais um representante dos crimes estatais faleceu sem ser devidamente julgado e condenado (na esfera penal) pela justiça brasileira. Carlos Alberto Brilhante Ustra viveu até seu último dia para ver consolidada a impunidade diante de seus crimes. Impunidade atingida pela negação dos fatos com base no silenciamento e auto-história.

Há certa tendência em mudar a percepção geral sobre os fatos estudados. Muitos avanços (ainda que tímidos frente às necessidades do tema) já foram alcançados. No caso Herzog constatou-se a falsidade de sua causa *mortis*. Honestino Guimarães recebeu simbolicamente seu título de graduação em geologia pela Universidade de Brasília *post mortem*, ao passo que em homenagem e respeito à sua história a ponte, por muitos anos, intitulada “Costa e Silva” em alusão ao segundo general presidente, teve seu nome alterado para “Honestino Guimarães”. Nesse mesmo contexto, fato de extrema importância foi a criação da CNV e as CEVs, mesmo que com todas as limitações ilustradas ao longo dessa pesquisa.

Entretanto, não podemos concluir que são vitórias expressivas àqueles que buscam justiça para os crimes, ainda hoje, não reconhecidos, institucionalmente, pelo Estado brasileiro, sobretudo, pelas FA. Os casos de tortura, sequestro, assassinato, desaparecimento e perseguição ainda são tratados como especulações por muitos setores conservadores.

No âmbito internacional, podemos constatar a preocupação do governo brasileiro em não manchar a imagem redentora e messiânica dos EUA frente ao mundo. Não podemos afirmar que o Brasil se preocupava com a proliferação do engajamento planetário de defesa aos direitos humanos, mas sim com a propaganda negativa que casos de violência poderiam trazer ao bloco político-ideológico a qual participava.

O reconhecimento da legitimidade do golpe é claro quando se percebe a relação profunda, entre a instauração do sistema autoritário brasileiro e sua ligação com os Estados Unidos da América. Ainda que os questionamentos do Senado americano sobre as ações da USAID Brazil fossem constrangedores ao nosso país, as medidas de apoio foram muito superiores às cobranças.

Diferente daquilo que afirma Huggins, o apoio financeiro dos EUA para o treinamento das polícias não foi retirado, ele apenas chegou ao fim. A previsão do orçamento de 10 milhões de dólares foi concluída em 1974 e a missão proposta pela USAID Brazil tinha o prazo de vigência de 10 anos, iniciados em 1964.

O caso brasileiro, inserido em um contexto maior na conjuntura internacional, permanece oculto nas discussões inter-estatais e de direitos humanos. Quando lembradas orbitam o espaço marginal da memória.

Essa marginalidade do discurso das vítimas foi produzida pelos golpistas e a inclinação ideológica das escolas militares em negar a violência enquanto política de Estado e plataforma central do combate à subversão. A estrutura da monografia de Perdigão (já produzida em regime sigiloso) é desenvolvida com muito cuidado para assim, relegar à condição de mito as torturas e diversas violências perpetradas nos DOI-CODI.

É muito difícil responder se perdigão tinha consciência da dimensão auto-histórica de sua produção. É certo que ela foi produzida no contexto em que o governo queria perpetuar determinado pacote de verdades para a população brasileira, entre muitos documentos, aparece este, discursivamente cabível na proposição aqui exposta de auto-história. Sem dúvida essa monografia tinha o intuito de proteger os DOI-CODI nas duas dimensões temporais (presente e futuro).

Por fim, a desgastante pesquisa, muitas vezes proporciona o desânimo e a vontade de abandonar o estudo do tema. No entanto, escrever sobre a ditadura militar no Brasil hoje, além de ser uma atitude necessária, é igualmente, um posicionamento político.

Além das discussões partidárias, ideológicas, militantes, emocionadas ou em tom cientificista, estudar o golpe militar é desmoronar, momentaneamente, um conjunto de verdades produzidas para se tornarem monolíticas (memória enquanto história oficial). É também um desafio ao historiador, pois, os limites de compreensão e escrita são, drasticamente, determinados por uma competição desigual: de um lado o anseio do historiador por concluir o seu ofício, seja qual for sua motivação; de outro lado o aparelho do Estado arregimentado para dar continuidade ao projeto de verdade orquestrado pela instituição de maior poder na cultura política brasileira: as Forças Armadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BRASIL: NUNCA MAIS. Prefácio de Dom Evaristo Arns. 3º edição. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 1985.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório preliminar de pesquisa caso Riocentro: terrorismo de estado contra a população brasileira*. Abril, 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/relatorio_preliminar.pdf> Acesso in: 16/06/2015

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: Volume I*. 2014. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf> Acesso in: 16/06/2015

DINES, Alberto (Org.), FERNANDES JR, Florestan (Org.), SALOMÃO, Nelma (Org.). *Histórias do poder, 100 anos de política no Brasil vol. 03 Visões do Executivo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado 29º impressão. Rio de Janeiro: Editora Edições Graal, 2011.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: Das ilusões à luta armada*. 3º edição. São Paulo: editora Ática, 1987.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

HUGGINS, Martha K.; HARITO-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975)*, Orientadora: Maria Aparecida de Aquino. - São Paulo, 2008, 349f.

LAGÔA, Ana. *SNI como nasceu como funciona*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo editorial, 1999.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2º Edição. São paulo: Geração Editorial, 2005.

SCHNEIDER, Nina. *Brazilian Propaganda Legitimizing an Authoritarian Regime*. (Book Proof). University Press of Florida, USA, 2014.

SKINER, Quentin. *Visões da Política: Sobre os métodos históricos*. Algérs-Portugal, Editora DIFEL Difusão Editorial S&A, 2002.

SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE. *Committee Study of the Central Intelligence Agency's Detention and Interrogation Program*. <http://www.nytimes.com/interactive/2014/12/09/world/cia-torture-report-document.html?_r=1>

ARTIGOS

JASMIN, Marcelo Gantus. HISTÓRIA DOS CONCEITOS E TEORIA POLÍTICA E SOCIAL: referências preliminares. RBCS Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005 Acesso in: 12/09/2015, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057.pdf>>

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L., FONSECA, Valéria Silva da e CRUBALLETE, João Marcelo. *Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para uma Abordagem Recursiva do Processo de Institucionalização*. RAC, 1a. Edição Especial 2005: 09-39 <http://www.scielo.br/pdf/rac/v9nspe1/v9nesp1a02.pdf> (Acesso In: 09/06/2015)

MORESCHI, Marcelo. *Autodocumentação, arquivo e experiência: o fundo Flávio de Carvalho/cedae*. revista interfaces | número 17 | vol. 2 | julho–dezembro 2012. Acesso in: 12/09/2015, Disponível em: <https://www.academia.edu/4003908/Autodocumenta%C3%A7%C3%A3o_arquivo_e_experi%C3%Aancia_o_Fundo_Fl%C3%A1vio_de_Carvalho_CEDAE>

MORESCHI, Marcelo. *De Mário de Andrade a Antonio Candido: a (auto)historiografia modernista como modelo da história da literatura brasileira*. Acesso in: 12/09/2015, Disponível em: <https://www.academia.edu/4003995/De_M%C3%A1rio_de_Andrade_a_Antonio_Candido_a_auto_historiografia_modernista_com_o_modelo_da_hist%C3%B3ria_da_literatura_brasileira>

MORESCHI, Marcelo. A façanha auto-historiográfica do modernismo brasileiro. Acesso in: 12/09/2015, Disponível em: <https://unifesp.academia.edu/MarceloMoreschi>>